



CERTIDÃO DE ATA DA REUNIÃO Ordinária Pública DO DIA 26 de novembro de 2020

----- Para os devidos efeitos se passa a presente certidão de parte da Ata da Reunião da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, realizada na data abaixo indicada: -----

-----Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, pelas 10:00, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos senhores Vereadores, Carlos Manuel de Melo Pimentel, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves - Guimarães, Sabrina Marília Coutinho Furtado, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Arnaldo Manuel Guerreiro Sousa . ---

----- Secretariou a reunião o Chefe de Divisão, Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel. -----

----- Da Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respetivo edital, faz parte integrante o seguinte assunto: -----

ORDEM DO DIA

(DL N.º 87/2020) - I N.º 834/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021 - Pelo presidente da Câmara Municipal foram apresentados os documentos previsionais referentes ao orçamento da autarquia para ano de 2021. -----

O presidente destacou o montante do orçamento – 13.697.412,00 € - como sendo o maior que alguma vez esta Câmara Municipal havia tido, sendo aquele sustentado, em números aproximados, de 5. 600 milhões de receita corrente e de 5.080 milhões de receitas de transferências de capital, sendo este orçamento, superior ao de 2020, em 1.300.000,00 €.------

Destacou que em traços gerais, o orçamento proposto visa manter todos os apoios sociais em vigor, designadamente o Fundo de Emergência Social e os referentes ao programa de apoio à habitação degradada, identificando como obras principais a lançar e a executar, a ampliação do Parque Industrial, a requalificação do Corpo Santo, a requalificação do mercado Agrícola, o asfaltamento de algumas ruas do concelho, a intervenção em espaço do Meio-Moio, aludindo ainda a investimentos a fazer no âmbito do projeto “ Life Clima”, que sendo um projeto financiado por fundos comunitários trará oportunidades de investimento em matérias do ambiente e das alterações climáticas, prevendo-se uma verba próxima dos 700 mil euros destinada a captações de água, ações de sensibilização para as alterações climáticas, avaliação e monitorização de riscos, nomeadamente no Lugar da Praia, Água d’Alto.------

Prosseguiu, dizendo eu em tudo mais manter-se-ia a atividade geral da Câmara Municipal, referindo que a situação de incerteza que marca o ano de 2021, face à situação de pandemia, não permite calendarizar os tradicionais eventos da nossa cultura popular, tal o caso das festas de São João, expressando o desejo que a situação melhore de forma a retomar-se a normalidade da vivência coletiva dos vila-franquenses.------

Pediu a palavra a vereadora Sabrina Furtado questionou o presidente da Câmara Municipal pela



declaração política que, a título de introdução, costuma acompanhar os documentos previsionais e na qual fica definida a orientação do executivo para o concelho, perguntando se não havia sentido necessidade de o fazer.-----

O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que a declaração a que se referira a vereadora Sabrina Furtado, era, mais ou menos, o que acabara de expor, sublinhando que também a incerteza do ano de 2021, em virtude da pandemia, não dava garantias de certezas do que se poderia vir a fazer, pelo que se optou por apenas consagrar as ações concretas e os investimentos em obras já definidas.

A vereadora Sabrina Furtado solicitou os seguintes esclarecimentos:-----

O montante destinado aos apoios às associações e instituições do Concelho, bem como os referentes às delegações e contratos de execução com as freguesias; -----

Sobre esta matéria, o presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que o montante para apoio às associações e instituições do concelho, ascendia a várias dezenas de milhares de euros, pois contabilizava-se do seguinte modo: 25.000 € para as duas escolas do concelho; 100.000 € para associações e instituições ligadas ao associativismo juvenil e cultural e 60.000 € para o desporto, recreio e lazer. -----

A vereadora Sabrina Furtado questionou o Presidente da Câmara Municipal se os 140.000 euros destinados às freguesias seriam destinados aos normais acordos de execução e delegações de competências .O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que sim. -----

Prosseguiu a vereadora questionando o montante de 20.000 €, inscrito para o ano de 2021, para a obra do Mercado do Peixe, em que o total previsto eram cerca de 400.000 euros, mas que aqui constam como total previsto de o valor de 124.000 €, não havendo nada inscrito para os anos seguintes e perguntando assim pela previsão anterior já que diverge em cerca de 50.000 euros da previsão inicial.-----

O presidente da Câmara Municipal explicou que não se registava qualquer derrapagem significativa, acontecendo, porém, que existem trabalhos em curso e que serão necessário pagar no próximo ano, referindo que naquele capítulo estaria inscrita verba para assegurar a eventual revisão de preços.-----

Quanto ao facto de não haver nada inscrito nos anos seguintes, esclareceu que a obra estaria terminada em 2021 e que aquilo que, até ao final deste ano, não fosse pago, passaria para 2021 de modo a assegurar o pagamento total da obra. -----

Prosseguiu a vereadora Sabrina Furtado, pedindo explicações para o total das rubricas 'outros' que neste orçamento têm o montante aproximado de 5.000.000,00 €, em 13.000.000,00 euros, designadamente, o montante de 4.140. 000,00 € constante da rubrica "Outro" 010207010413, no capítulo de "Aquisição de bens de capital" perguntando se as receitas que o executivo esperava receber dos fundos comunitários, já estariam distribuídas em algumas rubricas "Outros" e se eram para as próprias obras.-----

O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que a receita de 4.140.000,00 €, respeitava à previsão feita no orçamento relativamente ao investimento a fazer no projeto de ampliação do parque industrial. Recordou que, como já havia explicado na reunião de audição da oposição relativamente à proposta do orçamento, a candidatura do projeto de ampliação do parque industrial envolve um investimento aproximado de 4.200.000,00 €, e que face à limitação da disponibilidade dos fundos comunitários, houve a necessidade de repartir em duas fases, aquela candidatura, sendo uma no montante aproximado de 3 milhões e a outra do montante restante. Prosseguiu, dizendo que que havia que prever na receita aquele montante total, mas que seria emendado na primeira revisão orçamental



de 2021, para o montante aproximado de 3 milhões, valor este que seria o esperado receber dos fundos comunitários e que estava relacionado com a ampliação do Parque Industrial. -----
Prosseguiu a vereadora questionando sobre o saneamento básico e asfaltagem das ruas do Carneiro, Fall River e Laranjeiras, questionou também sobre o Plano de Igualdade de Género e Cidadania que vem inscrito nos últimos orçamentos mas que até hoje não se sabe do que nele constava, questionou sobre 336.000 euros destinados à recuperação de edifícios da Câmara, se seriam para as habitações da propriedade do Município, tanto para o Loteamento da Lombinha que necessita de obras e manutenções e também para o Loteamento de Nossa Senhora da Piedade ou se contemplava outros edifícios. -----

O presidente da Câmara Municipal esclareceu que o saneamento básico só seria possível num futuro quadro comunitário de apoio, ainda que a autarquia fosse intervir ao nível da asfaltagem das Rua do Carneiro e Fall River, pois o piso apresentava-se significativamente degradado e que não seria razoável pedir às pessoas que aguardassem dois anos ou mais até se poder fazer o saneamento, ainda que aquilo que agora irá ser feito, seja desmanchado para depois se voltar a fazer de novo. -----
Relativamente ao Plano de Igualdade de Género e Cidadania, a vereadora Nélia Guimarães esclareceu que o mesmo, após a realização do levantamento das necessidades e áreas de intervenção, estaria em fase de conclusão e incluiria uma série de ações a desenvolver, também, em parceria com diversas instituições. -----

No que concerne à recuperação das habitações propriedade da autarquia, o presidente confirmou que o orçamento previa diversas intervenções de recuperação e manutenção daquelas habitações. -----

A vereadora Sabrina Furtado prosseguiu para apresentar as propostas que os vereadores do PSD consideram fundamentadas e justificadas de serem incluídas no orçamento da autarquia para o ano de 2021, referindo que as mesmas totalizavam o montante de 580.000,00 e cuja cobertura financeira seria assegurada por uma redução em 20% no montante previsto para as despesas correntes, de que resultariam 504.000,00 € e de 100.000,00, dos 400.000,00 € previstos para as transferências do Orçamento do Estado para 2021 e cujo aumento, relativamente a 2020, destina-se mesmo a despesas em consequência da pandemia. Neste sentido, e ainda com este corte de 20% a Câmara ficaria com mais 2.027.000 milhões na rubrica despesas correntes, ficando igual ao que dispunha em 2018, já que este ano não há festa de natal, nem de carnaval e dificilmente de São João. Adiantou a vereadora que foi nesta rubrica que cabimentaram as propostas do PSD, porque não desvirtua em nada o próprio orçamento apresentado, nem obras que o executivo quer fazer, nem salários e muito menos compromete operações financeiras de pagamentos de dívida. -----

Solicitou a vereadora Sabrina Furtado que o presidente da Câmara Municipal desse a palavra ao vereador Gonçalo Patrício Dias para que o mesmo apresentasse a primeira proposta. -----

Uma vez dada a palavra ao vereador Gonçalo Patrício Dias, este propôs a inclusão no orçamento da seguinte proposta com recurso a fundos comunitários e cujo investimento da Câmara rondariam os 250.000 euros que a seguir se transcreve: -----

"Considerando que a drenagem das águas residuais de Vila Franca do Campo é assegurada por 4 sistemas, nomeadamente:

- Sub-sistema da zona alta da Vila -----
- Sub-sistema Água d'Alto -----



- Sub-sistema da Vila, Ribeira Seco e Ribeira das Tainhas -----
- Sub-sistema da Ponte da Graça -----

E que as Águas Residuais Domésticas do sub-sistema da zona alta da Vila são conduzidas ao sub-sistema da Vila. -----

Considerando que os tratamentos das Águas Residuais Domésticas existem 26 fossas sépticas e 1 ETAR. A ETAR serve apenas o sub-sistema da Vila. As fossas, os restantes sub-sistemas, ou seja, as Águas Residuais Domésticas nas freguesias de Ponta Garça, Ribeira das Tainhas, Ribeira Seca e Água D Alto não sofrem qualquer tipo de tratamento desaguando em fossas sépticas. -----

Considerando que a única ETAR existente no concelho é constituída por uma grade mecânica, seguida de um desgordurador onde é adicionado um estabilizador microbiológico. Em rigor, este líquido apenas deve impedir que as gorduras solidifiquem não reduzindo a carga orgânica, não havendo qualquer tipo de tratamento. -----

Considerando que a único ETAR existente no concelho já tem uma idade de cerca de 30 anos -----

Considerando que conforme resultados das análises, a eficiência de tratamento é nula, apenas removendo os sólidos grosseiros. Esta eficiência é a esperada porque a ETAR apenas protege o emissário submarino.-----

Considerando a inexistência de uma equipa do quadro do município, competente na área dos "serviços municipalizados", desenvolvendo competências na operação, gestão e planeamento da infraestrutura SISTEMA DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS. -----

Considerando a reestruturação do quadro de pessoal da autarquia uma prioridade absoluta, a todos os níveis -----

Considerando que 50% da população é servida por redes e 50% pela ETAR, poderão existir múltiplas descargas difusas que poderá ter interesse em concentrar num ponto e tratar numa nova ETAR. -----

A vereação do Psd propõe: -----

No relativo à ETAR existente, deverá avaliar-se as seguintes 3 hipóteses: -----

- a oportunidade de melhorar o pré-tratamento (80.000 €); -----

- de construir um primário tipo tanque Imhoff (500.000 €); -----

- de construir um secundário com arejamento prolongado (1500.000 a 2000.000 €). -----

- Qualquer que seja a decisão, esta deverá ser antecedida de: -----

- um levantamento de situação que identifique pontos de descarga, obras de beneficiação e melhorias na ETAR (estudo 9.500 €) -----

- Proposta de intervenções e plano geral baseado no levantamento (estudo 6.000 €)"-----

O presidente da Câmara Municipal expressou a opinião de que considerava a situação do saneamento básico do concelho uma preocupação que teria de ser equacionada nos próximos anos e como tal, já havia dado instruções para se fazer um levantamento da situação da rede municipal, com base em estudo já feito em 2010, de modo a se poder partir para a conceção de um plano de atuação, assente num projeto concreto, quantificado, com definição de soluções técnicas, financeiras e de localização adequadas. -----



Prosseguiu, referindo que numa primeira conclusão da abordagem já feita, aponta-se, não para a construção de uma ETAR, mas de várias pequenas ETAR's, 2 ou 3 em Ponta Garça, 2 em Água d'Alto e 1 ou 2 na Vila. -----

Em sua opinião, a proposta apresentada pelo PSD, ainda que sendo uma boa intenção, apresentava-se muito pouco fundamentada, não tendo o suporte técnico necessário, nem a quantificação financeira correspondente. -----

O vereador Gonçalo Patrício Dias expressou o seu agrado pelo facto de o presidente vir agora reconhecer a necessidade de uma ETAR e de existir problemas com a rede de saneamento básico. ----

O presidente referiu que nunca havia negado a importância do tratamento das águas residuais, que nunca havia negado a existência de problemas, apenas tinha uma conceção diferente da matéria e das soluções concretas e exequíveis. -----

Posta a votação a proposta, a mesma foi rejeitada por maioria, com os votos contra do Partido Socialista e os votos favoráveis do PSD. -----

Continuou o presidente para dizer que, publicamente se comprometia a consagrar na primeira revisão do orçamento, uma verba destinada ao estudo necessário ao projeto de saneamento básico do concelho. -----

A vereadora Sabrina Furtado usou da palavra para apresentar as seguintes propostas:-----

- A aquisição de testes rápidos COVID para balconistas e empregados de comércio e serviços abertos ao público no concelho preferencialmente de 15 e 15 dias – 50.000 euros; -----

- Criação de Apoios à cultura – filarmónicas, artistas e técnicos Vilafranquenses em protocolo, pago agora e contratação, com a garantia de fazerem o espetáculo comprado agora, assim que houver no futuro oportunidade – 20.000 euros; -----

- A aprovação do Regulamento Municipal de Relançamento da Economia e do Investimento pretende apoiar as empresas e instituições que cumprem com os requisitos de um programa criado pelo Município e Programa comércio local e restauração vilafranquense à semelhança do que já acontece noutros municípios – 50.000 euros; -----

- Criação de regulamento para um novo fundo social municipal – Fundo Social consequência COVID – para além do já existente que é o Fundo Social de Emergência, dar apoio rápido aos Vilafranquenses que não estando sinalizados na ação social já existente, tenham no futuro quebras de rendimento ou até mesmo entrado em situação de desemprego. – 100.000 euros; -----

- Não aumentar as rendas sociais no próximo ano, mesmo que haja melhorias efetuadas pelo município nas habitações sociais; -----

- Construção de um abrigo junto à escola de Ponta Garça – 20.000 euros; -----

- Pavimentação da Lazeira – 100.000 euros (valor aproximado). -----

Sobre as propostas apresentadas pela vereadora Sabrina Furtado, o presidente da Câmara Municipal teceu as seguintes apreciações: -----

Relativamente à aquisição de testes rápidos, referiu já ter pedido propostas para fornecimento e com o intuito de testar os comerciantes do concelho e quando necessário, os trabalhadores da autarquia e que para a sua aquisição não era necessária uma rubrica específica pois travava-se de uma mera aquisição de serviços; -----

No que respeitava aos apoios à cultura e aos artistas, disse que a Câmara Municipal estava a organizar um espetáculo virtual de Natal para poder apoiar os artistas e executantes locais e que o



executivo estava atento às necessidades que possam vir a colocar-se me 2021; -----
No que concerne aos apoios e incentivos financeiros às empresas privadas, referiu ter, à semelhança de outros presidentes de câmaras municipais, muitas dúvidas sobre a legalidade dos mesmos, pelo que foi diligenciado junto do Governo da República que formulasse um quadro legal próprio de modo a evitar que, no futuro não sejam exigidas responsabilidades financeiras aos autarcas que optem por tomar aquelas medidas. Havendo o quadro legal em questão, a autarquia equacionará a situação. -----
Quanto à criação de um novo regulamento de apoios sociais para casos, que não estando sinalizados na ação social já existente, tenham no futuro quebras de rendimento ou até mesmo entrado em situação de desemprego, disse não desvalorizar a ideia, considerou ser uma boa iniciativa, que estava disposto a acolher, não por via de um novo regulamento, mas pela alteração ao existente, com a criação de um capítulo específico para aquelas situações. -----
Assim, por unanimidade dos presentes, e para o fim proposto, foi aprovada o reforço em 100.000,00 €, a rubrica do FES que terá na revisão do regulamento um ponto específico para consequência COVID já que a vereadora Sabrina Furtado solicitou especificamente que os dois assuntos e montantes estejam bem diferenciados no regulamento (Fundo de Emergência Social). -----
Relativamente às rendas sociais, disse que as mesmas eram alteradas para mais ou para menos consoante a variação dos rendimentos do agregado familiar e nos termos da lei; -----
No que concerne à asfaldagem do caminho da Lazeira, na freguesia de Ponta Garça, e não negando a necessidade exposta, considerou que existem outras zonas do concelho muito necessitadas em matéria de requalificação de pisos e que a freguesia de Ponta Garça era a única em que havia sido feito investimentos naquela matéria, sendo agora tempo de dar lugar a outras freguesias; -----
No que respeita ao abrigo junto da EBI de Ponta Garça, considerava ser uma necessidade, mas que a responsabilidade primeira caberia ao governo regional, pois era a entidade com competências na área escolar e na concretização do projeto da escola o qual, aqui havia falhado naquela necessidade. Não obstante, a Câmara Municipal estaria disponível para em cooperação e parceria com o governo, encontrar uma solução, que teria de passar pela aquisição de um lote. -----
A vereadora sabrina Furtado pediu a palavra para dizer que a Câmara Municipal substituiu-se ao governo ou qualquer outra entidade quando os assuntos que o justificaram, sempre que foram urgentes e foram aprovados por unanimidade, recordando a aquisição dos computadores para que os alunos do concelho pudessem comparecer às aulas online no confinamento em quem sendo o governo o responsável, a autarquia avançou com a cobertura das necessidades que não haviam sido identificadas pelo Governo nesta matéria regionalizada que é a educação, sendo que, agora, desde há 3 semanas, o presidente tinha mudado de opinião sobre a tutela da educação. -----
O presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que não havia mudado de opinião, recordando que os computadores haviam sido uma situação de urgência que houve que resolver e que a questão do abrigo, sendo uma necessidade, não era uma urgência. -----
Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou aprovar o orçamento proposto, com a alteração de reforço de verba do FES conforme acima votado. Abstiveram-se os vereadores do PSD.-----
A vereadora Sabrina Furtado apresentou a seguinte declaração de voto:-----
"O Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo para 2021 é, sem qualquer dúvida, de todos os orçamentos que já foram apresentados nos mandatos que aqui cumprimos, tanto no executivo como nós na oposição, o mais importante orçamento de todos. -----



Estamos em plena pandemia que no próximo ano farão sentir as consequências económicas e sociais de todas as circunstâncias que vivemos durante o ano de 2020. -----

Toda a realidade como a conhecemos alterou-se e é mais do que nunca importante prever e prevenir o futuro. -----

Se até março do corrente ano o município de Vila Franca do Campo gozava de alguma folga em relação a anos anteriores, desde Março último e ainda mais no futuro é imperioso acautelar o real impacto da pandemia covid 19 na vida de cada Vilafranquense. -----

Tempos excecionais requerem aplicação de medidas também excecionais e à altura das dificuldades que se apresentam e que, já hoje, começam a manifestar-se tanto no país, como naturalmente no nosso concelho. -----

Quando uma emergência externa às nossas ações nos bate à porta como este vírus bateu, temos sem dúvida de unir esforços para, como decisores políticos, partirmos da melhor forma que os meios permitem, em auxílio de todos os que nos elegeram. -----

Em março, todos nós, Vilafranquenses, vimo-nos perante uma circunstância que nenhum de nós pensou atravessar durante a sua vida. -----

Nessa altura, os vereadores do PSD decidiram que não era tempo de discordância, mas sim tempo de tomar decisões conjuntas e articuladas em socorro imediato da nossa população. -----

Nessa altura, falamos, todos os que aqui estão eleitos, tanto do executivo como da oposição, debatemos internamente muitos assuntos relacionados com a pandemia e foram apresentadas as medidas que decidimos por unanimidade pelo superior interesse da defesa do bem comum e dos Vilafranquenses. -----

Pusemo-nos, portanto, ao lado do executivo, disponibilizando-nos para ajudar em toda e qualquer matéria necessária a bem de todos. -----

Todas as revisões orçamentais relacionadas com a pandemia nos últimos meses foram votadas nesta câmara por unanimidade, provando que, quando a emergência de valores mais altos se levantam, importa sempre mais o bem estar da população do que todas as nossas diferenças de visões de futuro para os problemas do concelho. -----

Contudo, chegados aqui, à discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2021, constatamos que este não responde à realidade social que se afigura para o próximo ano. -----

No próximo ano, em nosso entender, as pessoas não precisarão apenas do que precisaram até aqui, mas sim, de respostas e auxílios diferenciados do que conhecemos até hoje. -----

Assim, hoje, analisando o Plano e Orçamento para 2021, os vereadores do PSD esperavam ver um orçamento que incidisse mais no cariz social e de saúde pública do que a proposta que nos foi apresentada. -----

Dividimos as nossas propostas em alguns pilares, mas todos relacionados com a saúde pública, tanto pela contaminação das águas como da pandemia em Vila Franca do Campo. -----

Propusemos que fosse construída uma nova Etar em Vila Franca do Campo, para que finalmente fiquem sanados todos os problemas de contaminação de águas como se tem vindo a constatar, assente nos seguintes pressupostos: -----

A drenagem das águas residuais de Vila Franca do Campo é assegurada por 4 sistemas, nomeadamente: Subsistema da zona alta da Vila; Subsistema Água d'Alto; Subsistema da Vila, Ribeira Seco e Ribeira das Tainhas; Subsistema da Ponte da Graça. -----

As Águas Residuais Domésticas do subsistema da zona alta da Vila são conduzidas ao subsistema da



Vila. -----
Os tratamentos das Águas Residuais Domésticas existem 26 fossas sépticas e 1 ETAR. A ETAR serve apenas o subsistema da Vila. As fossas, os restantes subsistemas, ou seja, as Águas Residuais Domésticas nas freguesias de Ponta Garça, Ribeira das Tainhas, Ribeira Seca e Água D Alto não sofrem qualquer tipo de tratamento desaguando em fossas sépticas. -----
A única ETAR existente no concelho é constituída por uma grade mecânica, seguida de um desengordurador onde é adicionado um estabilizador microbiológico. Em rigor, este líquido apenas deve impedir que as gorduras solidifiquem não reduzindo a carga orgânica, não havendo qualquer tipo de tratamento. -----
A única ETAR existente no concelho já tem cerca de 30 anos e conforme resultados das análises, a eficiência de tratamento é deficiente, apenas removendo os sólidos grosseiros. Esta eficiência é a esperada porque a ETAR apenas protege o emissário submarino. -----
É importante ter uma equipa técnica no quadro nos "serviços municipalizados", desenvolvendo competências na operação, gestão e planeamento da infraestrutura de sistema de abastecimento de água e tratamento de águas residuais. -----
50% da população é servida por redes e 50% pela ETAR, poderão existir múltiplas descargas difusas que poderá ter interesse em concentrar num ponto e tratar numa nova ETAR, o PSD propôs algumas hipótese de melhoramento e modalidades a adotar, - a oportunidade de melhorar o pré-tratamento; de construir um primário tipo tanque Imhoff; de construir um secundário com arejamento prolongado, antecidos de um levantamento de situação que identifique pontos de descarga, obras de beneficiação e melhorias na ETAR e intervenções de plano geral baseado no levantamento, estudo e plano a efetuar. -----
O PSD propôs que todos os balconistas e empregados em estabelecimentos abertos ao público tivessem acesso a testes rápidos à covid-19, suportados pelo município, pelo menos de 30 em 30 ou de 15 em 15 dias, para saberem se por lidarem com público diariamente se continuam negativos ou eventualmente positivos, por forma a termos a noção da propagação do vírus no concelho e acautelarmos pré diagnóstico a estas pessoas que estão bastante expostas apesar de todos os cuidados que podem estar a tomar. -----
Propusemos também que se crie um novo Fundo Social de consequência covid, diferente do Fundo Social de Emergência já existente. A razão é simples. Todas as pessoas que acedem ao Fundo Social de Emergência já existente, estão devidamente identificadas pela vereação da ação social, mas muito provavelmente, com todos os indicadores sobre défices no próximo ano, teremos, fruto de perda de rendimento ou mesmo desemprego em consequência da pandemia, outras pessoas a precisar de auxílio que até agora não precisam porque se mantêm os seus empregos e rendimentos. -----
Todas as previsões, no mundo e no país, apontam para um tempo bastante difícil e a Câmara deve estar preparada para novas solicitações. -----
Propusemos que fosse alavancada uma estratégia de cooperação e relançamento da economia no concelho apoiando empresas, instituições, comércio e restauração do concelho abrindo programas e regulamentos de cooperação entre a câmara, que deve ser sempre um elemento potenciador, e os que exercem as suas atividades económicas em Vila Franca do Campo. -----
Pedimos que, se houver essa intenção, e apesar de poder o município fazer melhorias nas casas sociais, que no próximo ano a renda das mesmas não fosse mexida e não sofresse qualquer aumento em relação a 2020. -----



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

Propusemos que a Câmara fizesse um protocolo com artistas vilafranquenses e bandas filarmónicas que consiste em comprar a atuação agora, que é quando este setor mais está a precisar, e os espetáculos correspondentes à aquisição sejam realizados assim que possível. -----
A repavimentação da Lazeira e a construção de um abrigo destinado a quem vai buscar os filhos à escola de Ponta Garça e os próprios estudantes, aliás pedido nos últimos 3 orçamentos municipais, também foram hoje propostas apresentadas. -----
Estas propostas perfazem um total de 580.000 euros, num orçamento apresentado com 13 milhões de euros. -----
A sua cabimentação assenta no corte de 20% de despesas correntes do município, não mexemos obviamente nos gastos com pessoal, nem se desvirtua as opções de obras apresentadas por este executivo e muito menos se tira qualquer euro às operações financeiras e bancárias, ficando esta rubrica ainda com 2.017.000 euros e praticamente ao nível de gastos de 2018, em que tudo se fez na mesma com este suficiente, mas não havia pandemia. -----
A todo o exposto ainda acresce que o Município de Vila Franca do Campo, segundo apresentado, receberá do Orçamento de Estado para 2021, cerca de 400.000 euros que ainda não estavam contemplados neste orçamento. -----
Assim, por todo o exposto, porque excetuando a criação de um novo Fundo Social com 100.000 euros para auxílio de consequência de perda de rendimentos ou mesmo desemprego por causa do covid-19, não ficando inscrita mais nenhuma proposta do PSD neste Plano e Orçamento e havendo o compromisso do executivo camarário em inscrevê-las em alteração orçamental, os vereadores do PSD abstêm-se nesta votação do Plano e Orçamento para 2021, dado ainda mais um benefício da dúvida ao executivo e aguardando a próxima alteração orçamental."-----
O presidente da Câmara Municipal declarou que o executivo não era detentor da verdade e das soluções, pelo que era com agrado que haviam recebido a proposta em matéria social feita pelo PSD, estando sempre dispostos a receber e a aprovar todas as colaborações destinadas a melhorar o orçamento e a forma de agir do executivo. Todas aquelas que não têm fundamento, fica a divergência do executivo entre aquilo que é a divergência e aquilo que é a realidade. -----

Vila Franca do Campo, 30 de novembro de 2020

O Chefe da Divisão Administrativa e Operacional

**DUARTE MANUEL
CARREIRO PACHECO
PIMENTEL**

Assinado de forma digital por
DUARTE MANUEL CARREIRO
PACHECO PIMENTEL
Dados: 2020.11.30 10:36:37
-01'00'

**DUARTE MANUEL
CARREIRO
PACHECO PIMENTEL**

Digitally signed by DUARTE
MANUEL CARREIRO PACHECO
PIMENTEL
Date: 2020.11.30 10:35:44 -01:00
Location: Portugal